

A Agenda de Lisboa no Mapa da Globalização

Bruno Martins

IEEI

Se se partir da ideia de que a Estratégia de Lisboa tem como principal objectivo fomentar uma sociedade cuja riqueza advinha sobretudo do conhecimento e da inovação, respeitando o bem estar social dos cidadãos e o equilíbrio ambiental, a dimensão principal que resulta desta noção é a dimensão interna. Segundo esta visão, portanto, a Agenda de Lisboa, mesmo após a revisão a que foi sujeita em 2005, tem um foco predominantemente dirigido ao espaço europeu e destina-se a, no seu espaço geográfico, tentar lidar com os desafios que inelutavelmente advêm do processo de globalização.

No entanto, num cenário, justamente, de globalização, as fronteiras (de qualquer natureza) estão por definição mais diluídas. Se se reconhece que as relações internacionais atravessam um momento em que os fluxos e os intercâmbios entre os diferentes actores se desenvolvem, cada vez mais, de forma recíproca, então pode concluir-se que muitos dos desafios que se colocam à União Europeia no século XXI também se colocam a outros países, noutras regiões do mundo. Ainda que haja muitos factores que moldam a realidade económica, social e política de um país ou região, a verdade é que vários países se deparam com problemas como o envelhecimento da população, a competitividade de algumas economias emergentes (cuja posição em relação à UE é, muitas vezes, erguida com base em determinados pressupostos intoleráveis à luz de alguns princípios que regem a actuação europeia), ou mesmo a subalternização da protecção ambiental em detrimento de objectivos mais imediatos. Se a isto somarmos o argumento de que, para além de desafios, a globalização traz também oportunidades, percebe-se que muitos dos pressupostos em que assenta a Estratégia de Lisboa têm uma expressão que vai para além das fronteiras europeias. Sabendo-se que a globalização afecta diferentemente distintos extractos sociais e económicos, trazendo vantagens para alguns e dificuldades para outros, a União Europeia terá de fazer um cuidado auto-diagnóstico para perceber qual a sua situação e actuar em conformidade.

Neste quadro, aquilo a que pode chamar-se a dimensão externa da Estratégia de Lisboa desdobra-se em duas questões principais, ao redor das quais outras se multiplicam: por um lado, tentar perceber de que forma é que os outros países resolveram lidar com os mesmos problemas que se colocam à União Europeia – existe alguma influência do *modus operandi* desta Agenda Europeia nos planos seus equivalentes adoptados nesses outros países? Por outro lado, e já olhando para o problema num prisma diferente, importa perceber de que forma pode um projecto como este influenciar a acção externa *lato sensu* da própria União – pode considerar-se que a vocação internacional da Estratégia de Lisboa é suficientemente vincada para trazer *inputs* à política externa europeia?

O argumento referido acima, segundo o qual desafios semelhantes comportam tendencialmente respostas semelhantes, é demonstrado se se atender aos planos de desenvolvimento adoptados em diferentes países. Tomando como exemplos (de entre vários) o Brasil, a Índia e o Japão, verificamos que todos eles têm vindo a elaborar planos de acção que reflectem a opção estratégica de perfilhar a inovação e o conhecimento como as ferramentas para lidar com a competição global. Serão estes factores que, adaptados à realidade peculiar de cada país, poderão conferir vantagens competitivas a cada um deles. Neste sentido, o Brasil desenvolveu e adoptou recentemente os projectos Brasil 3 Tempos e o PITCE, o Japão está neste momento a finalizar o Innovation 25 Plan, e a Índia criou a National Knowledge Commission, responsável pela elaboração de uma vasta agenda de desenvolvimento e de reformas económicas. Sendo diferentes entre si, estes projectos apresentam uma diametral opção pela inovação e pelo conhecimento enquanto formas de (re)vitalizar as respectivas economias. Diferente da questão de saber se existe “mão invisível” da Estratégia de Lisboa nestes planos é assumir que há pontos comuns a todos eles. Pelo menos isto é incontornável.

Na sua obra *Building the Future: The EU's contribution to global governance* (2007, Paris: EU Institute for Security Studies), Martin Ortega aponta um conjunto de cenários que poderão verificar-se no futuro próximo da UE. Da ponderação das vantagens e desvantagens que cada um apresenta, este autor defende que o mais importante é perceber que, estrategicamente, a União Europeia terá de optar por uma de duas vias: ou lutar para manter os velhos privilégios, ou participar no processo de governação global, influenciando-o com o maior *input* possível. A opção por esta última hipótese comportará, previsivelmente, um aumento do peso relativo da UE na arena internacional, e desta forma apresenta-se como a forma de actuação mais adequada.

Uma vez que, como aqui se defende, as bases em que assenta toda a construção da Estratégia de Lisboa também são as bases dos seus equivalentes noutros países, parece então poder concluir-se que existe uma plataforma de interesses comuns a um nível que, se não é global, é pelo menos multinacional. Desta forma, se os pressupostos de Lisboa não são ainda uma dimensão da acção externa da União Europeia (como parece concluir-se olhando para os documentos oficiais no âmbito da política externa europeia), então pode sugerir-se que é necessário tornar mais visível a importância estratégica destes mesmos pressupostos, tornando-os mais explícitos e presentes na retórica da política externa, conferindo-lhes uma importância que, até hoje, só a dimensão económica logrou atingir. O alargamento da abrangência da Estratégia de Lisboa, operado pela revisão de 2005, ainda não se materializou devidamente nas vertentes ambiental, social e de política externa. A importância estratégica futura da Europa depende muito da correcção desta situação.